



Desafios a respeito das fontes para a pesquisa em história da educação profissional

Felipe Augusto Chadi da Silva¹, Helena Gemignani Peterossi²

Resumo: Desenvolver pesquisa qualitativa voltada para a história da educação profissional é uma tarefa que busca não recontar o passado, como uma alegoria a crônicas e mitos, mas explorar elementos que contribuam para entender o desenvolvimento e formação dessa modalidade de ensino. A pesquisa torna-se uma instigante reflexão teórica e metodológica a partir da revisão bibliográfica na busca por instrumentos de coleta e análise que permitam encontrar fontes primárias para o estudo histórico do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Este artigo trata da importância das fontes para este tipo de estudo a partir da pesquisa em andamento.

Palavras-chave: história da educação; educação profissional; CEETEPS.

Abstract: Developing qualitative research focused on history of professional education is a task that seeks not to recount the past, as an allegory to chronicles and myths, but to explore elements that contribute to understanding this teaching modality development and formation. The research becomes an instigating theoretical and methodological reflection from the literature review in the search for collection and analysis instruments that allow finding primary sources for the historical study of the Centro Paula Souza. This article deals with the importance of sources for this type of study based on ongoing research.

Key-words: history of education; professional education; Centro Paula Souza.

1. Introdução

Este artigo foi concebido com uma reflexão acerca da pesquisa em andamento sobre as condições de criação do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) em 1969, com a instalação dos primeiros cursos superiores de tecnologia ofertados pelo Estado de São Paulo no ano seguinte. Originalmente criado com o nome de Centro Estadual de Educação Tecnológica São Paulo, a instituição passou a homenagear o engenheiro Antônio Francisco de Paula Souza (1843 – 1917) no ano de 1973 mantendo o nome desde então, conforme apresentado pela pesquisa de Carvalho (2019), e hoje está presente em 396 municípios paulistas, atendendo mais de 322 mil estudantes, oferecendo cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de tecnologia em diferentes setores econômicos e de produção e cursos de pós-graduação lato e stricto sensu.

¹ Mestrando no Programa de Mestrado em Educação Profissional da Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, felipe.silva3@cpspos.sp.gov.br

² Docente na Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, hgernig@bol.com.br

Embora apontados por Vicente (2020) como cursos de menor participação no total de matrículas no nível superior, os cursos superiores de tecnologia possuem um papel importante e uma história na educação brasileira e entender suas origens contribui para uma análise mais crítica e apurada de seu papel na sociedade. A partir dos desafios observados no desenvolvimento da pesquisa, pretendemos contribuir com o debate sobre a questão das fontes para o estudo e pesquisa em história da educação profissional.

Como em todo o projeto de pesquisa, ao tratarmos do estudo sobre determinada instituição de ensino profissional surgem inúmeras dúvidas sobre as possibilidades de abordagem para o objeto de estudo: se nos encaminharmos para uma pesquisa quantitativa, podemos buscar dados como o número de alunos ingressantes e de egressos, orçamento e relação custo-aluno, questões sócio econômicas (como renda, gênero, faixa etária, formação) quantificados e verificados por instrumentos de coleta como fichas de matrícula, demanda de determinados cursos etc.

No entanto, podemos trabalhar com uma abordagem quantitativa que nos permita entender as condições por um aspecto subjetivo, consequência da atuação de diferentes grupos e setores da sociedade, o que nos mobiliza a entender a questão por outra lente que requer outras fontes para análise da nossa proposição. Segundo Sampieri; Collado; Lucio (2006), ao trabalharmos em uma pesquisa qualitativa, recorreremos a outras fontes, sejam de natureza individual como em documentos escritos (intencionalmente criados com a finalidade de registro ou tornados como fonte pelo pesquisador), artefatos e materiais de diferentes tipologias como vídeos, fotos, além de entrevistas e história oral de vida, ou sejam de natureza grupais como documentos organizacionais, artefatos e materiais comunitários, registros públicos etc.

Nesse sentido, nos deparamos com a questão principal verificada tanto em pesquisas quantitativas quanto em pesquisas qualitativas: como encontrar fontes que permitam a análise do tema? A definição de um desenho de projeto de pesquisa é uma etapa definidora para o caminho que será seguido, contribuindo para pensar nos instrumentos de análise e na abordagem que melhor contribua para analisar o objeto de estudo

2. Referencial Teórico

Ao pensar em possibilidades de compreender a gênese da instituição, pensamos em empreender uma pesquisa qualitativa, como forma de melhor responder a proposição geradora do projeto. Sampieri; Collado; Lucio (2006) argumentam que a pesquisa histórica compreende um processo de pesquisa por si só, que merece tratamento e atenção própria. Desta forma, se tornou imprescindível encontrar referências que consubstanciem as características próprias desse tipo de investigação, levando em conta as especificidades da instituição CEETEPS e das fontes primárias produzidas em seu contexto.

Sendo assim, buscamos na historiografia possibilidades de interpretação e problematização para as fontes. Entendemos que a preocupação com a relevância das fontes não constitui uma questão arbitrária ou pormenorizada, pelo contrário, é central para o prosseguimento da produção acadêmica. Não é o intuito deste artigo apresentar todos os argumentos no debate da historiografia da educação brasileira, mas nos despertar o alerta para as contribuições a respeito da urgência das fontes.

Nesse sentido concordamos com a argumentação feita por Ciavatta (2019) sobre o peso dado aos estudos da história da educação, em especial a educação profissional onde há maior ênfase à crítica a economia política, com menor sustentação nas fontes primárias em arquivos para corroborar as pesquisas. Naturalmente, entendemos que a conjuntura econômica (e seus atores sociais) tenha influência nas transformações e mudanças vividas pela sociedade e suas instituições, sejam públicas ou privadas, e deve ser levado em consideração para a análise.

E o que podem ser consideradas fontes para a educação? Diferentes debates vividos na historiografia durante o século XX aprofundaram a concepção de fontes históricas possibilitando novas e diversificadas formas de pesquisar, novos objetos de análise e novos agentes históricos. Saviani (2006) aponta que a despeito da vastidão de novas fontes compreendidas pela “Nova História” podemos dividir as fontes em três naturezas distintas: as que naturalmente são produzidas como tal, as que são tornadas fontes pelo trabalho do historiador e as que são produzidas pelo pesquisador ao fazer seu trabalho, como os registros orais.

Dimensionando essas categorias para o objeto de estudo, o Centro Paula Souza, poderíamos conceber uma divisão entre as fontes segundo os critérios mencionados: documentos escritos (internos e externos à instituição), elementos materiais de uso ressignificados historicamente (compreendido como cultura material escolar) e documentos produzidos pela própria pesquisa como registros de história oral, de observação e diários de campo. Ainda segundo Saviani (2006), se tratando de fontes para a história da educação das instituições escolares é importante definir preliminarmente as fontes buscadas, caso contrário poderá incorrer na infinidade de corpus documental disponível que poderá comprometer a pesquisa.

Para o projeto de pesquisa em questão, utilizamos como fonte primária o primeiro grupo, compostos por documentação escrita pertinente e produzida por agentes externos e internos descrita na seção a seguir, mas não sem antes fazer algumas ressalvas.

Para além de uma interpretação positivista e limitada pela literalidade do conteúdo documental, nos posicionamos pela compreensão do escrito e pela investigação do contexto. Nomes, datas e localidades coletadas não estão limitadas em si mesma, possuem conexões e desdobramentos que permitem a investigação ir para novos rumos e fontes, levantando novas proposições. Em perspectiva historiográfica, Le Goff (1996) já nos alertava sobre a necessidade de que compreender o documento como um produto da sociedade que o fabricou, portanto é necessário encara-lo cientificamente. Não só a presença de elementos interpretativos presentes em documentos como a inexistência de fontes diz muito a respeito do contexto e sugere novos caminhos e possibilidades dos movimentos, mudanças e permanências da educação sobretudo a educação profissional (PETEROSI; MENINO, 2017). Desta forma é preciso ter em mente o vazio e a ausência que “fala” ao pesquisador sobre o tema abordado.

3. Método

Definido o corpus documental para a pesquisa, buscamos encontrar uma maneira de definir critérios e condições que permitam auxiliar na busca e

sistematização das fontes. Para isso foram considerados critérios para associar as fontes seguindo uma estrutura de origem e período:

- Grupo 1: documentos produzidos externamente à instituição:
 - Grupo 1.a. Documentos produzidos pré-criação do CEETEPS;
 - Grupo 1. b. Documentos produzidos pós-criação do CEETEPS;
- Grupo 2: documentos produzidos internamente à Instituição

Entre os documentos pretendidos para encontrar no grupo 1.a. estão documentos do Conselho Estadual de Educação, Legislação estadual, registros legislativos referentes a temática; no grupo 1.b. buscamos novamente por legislação estadual, deliberações e/ou atos do Conselho Estadual de Educação, regulamentação de cursos; no grupo 2. são procurados documentos internos à instituição, como a ata de criação do Conselho Deliberativo da Instituição, atas das reuniões do Conselho Deliberativo, atas da criação de cursos de tecnologia, registros internos produzidos pelo gabinete da superintendência, pesquisas internadas orientadas para o desenvolvimento da Instituição.

A procura pela legislação como fonte para este tipo de pesquisa não se esgota com um marco temporal (a criação da instituição, a criação de unidades etc.) pois é uma esfera em constante mudança e influência para entender o desenvolvimento do CEETEPS. Souza; Diniz (2017) destacam alguns aspectos importantes analisados por meio deste tipo de fonte como a identificação dos atores políticos e sociais e as disputas no campo político pela educação.

A organização dos grupos preliminares não extingue a possibilidade de novas divisões, subgrupos ou associações. Não devemos pensar em um modelo restritivo, engessado e limitado que deve dar conta das fontes, mas sim a natureza da documentação encontrada, com suas características e especificidades que permitem avançar em novos e melhor elaborados esquemas interpretativos. Saviani (2006) aponta que a depender do enfoque e recorte pretendidos pelo pesquisador, não somente a escolha como também a hierarquização das fontes poderá variar no desenvolver da pesquisa.

Feitas as observações sobre o tipo de fonte e a variedade documental pretendida é necessário pensar na questão da perspectiva de acesso para a busca e análise das mesmas, o que embora não seja o foco deste artigo, merece um destaque. Saviani (2006) atenta para a urgência de uma política de fontes para a pesquisa em educação, objetivando a preservação e disponibilização para pesquisadores atuais e futuros da área.

Moraes; Carvalho (2018) alertam para as dificuldades e imprevistos em pesquisar com acervos da educação, seja por falta de limitações de espaço e condições da documentação recolhida, seja por conta das mudanças promovidas por leis e orientações que organizam acervos e arquivos de instituições escolares, como, por exemplo o estabelecido pelo Decreto 60.145/14 que institui o recolhimento de arquivos de guarda permanente para o Arquivo do Estado de São Paulo. Segundo as autoras, políticas de guarda de acervo feitas sem discussão e tempo hábil para as instituições de ensino, comprometem não só a produção acadêmica, como atividades de memória e extensão desenvolvidas com a comunidade.

Atualmente podemos pensar nas possibilidades que o Programa SP Sem Papel, instituído pelo Decreto 64.355 de 31 de julho de 2019, trará para futuras pesquisas, uma vez que prevê a sistematização e migração de documentação provenientes da Administração Pública estadual para vias digitais, integrado com acesso público:

ARTIGO 1º - FICA INSTITUÍDO, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, O PROGRAMA SP SEM PAPEL, COM VISTAS À PRODUÇÃO, GESTÃO, TRAMITAÇÃO, ARMAZENAMENTO, PRESERVAÇÃO, SEGURANÇA E ACESSO A DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS EM AMBIENTE DIGITAL DE GESTÃO DOCUMENTAL.

§ 1º - A IMPLANTAÇÃO DO AMBIENTE DIGITAL DE GESTÃO DOCUMENTAL JUNTO AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DAR-SE-Á GRADUALMENTE, OBSERVADO CRONOGRAMA DE DATAS APROVADO POR RESOLUÇÃO DO SECRETÁRIO DE GOVERNO.

§ 2º - A PARTIR DA DATA DE IMPLANTAÇÃO, PREVISTA NO CRONOGRAMA A QUE SE REFERE O § 1º DESTE ARTIGO, JUNTO A CADA ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER PRODUZIDOS DIGITALMENTE NO RESPECTIVO ÂMBITO

No entanto não está previsto no decreto o prazo e/ou cronograma para a digitalização de documentos oficiais produzidos em papel há décadas atrás, anteriores ao uso de computadores na administração pública. Cabe destacar que para fins de pesquisa, todos elementos em um impresso são observáveis e contribuem para perceber outros sentidos e detalhes que não são previstos na literalidade do documento, como anotações de próprio punho, marcas de desgaste característico, contribuições e adições provenientes do trânsito da documentação, ou seja, elementos da marca histórica (produzidas pela ação humana) no documento.

Isto posto, avançamos para a definição de locais iniciais para a busca do *corpus* documental físico: o Núcleo de Documentação (ND) do CEETEPS, o acervo do Conselho Estadual de Educação e o Arquivo Público do Estado de São Paulo, esperamos que com a análise e questões observadas novos locais e arquivos sejam contemplados.

4. Resultados

Por se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento, ainda não é possível apresentar resultados para a problemática levantada, no entanto é possível demonstrar como a articulação teórica e a revisão da literatura chegaram até o presente momento. É necessário fazer uma observação a respeito do impacto para a produção acadêmica, assim como em todos os demais aspectos da vida social, por conta das alterações sociais vividas no contexto em que a pesquisa se desenvolve. A emergência da pandemia do COVID 19 após março de 2020 impôs mudanças para o acesso, seja pelas restrições envolvendo fechamento temporário, distanciamento físico, limitação de acesso pelo agendamento prévio ou pela diminuição de funcionários em atividade presencial. O contratempo apresentado pelo momento, fora do alcance e das capacidades individuais de serem resolvidas, exemplifica as discussões levantadas anos antes pelos autores pesquisados sobre a importância e a necessidade de o Poder Público propor e executar políticas públicas para acesso e continuidade das pesquisas na educação

A despeito das condições sanitárias e restritivas que se apresentam, é necessário pensar em alternativas e caminhos para a continuidade da pesquisa, desta forma procuramos demonstrar as possibilidades de acesso a fontes, tomando como exemplo a possibilidade de pesquisa o arquivo disponibilizado pelo Núcleo de Documentação do CEETEPS e pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo.

O Núcleo de Documentação corresponde a uma das seções do Centro de Gestão Documental do CEETEPS, entre suas atribuições está o recolhimento, guarda e disponibilização de atos normativos, legislação e documentos correlatos à instituição, para funcionamento interno e consulta pública.

Ao acessar o sitio eletrônico do ND, observamos que não constam ferramentas de busca ou procura no arquivo institucional. Alguns documentos comumente mais buscados estão disponibilizados para o público, como o decreto de criação, estatuto, regimentos e regulamentos internos. Mas não há possibilidade de consultar *online* documentos digitalizados produzidos para a instituição. A forma disponibilizada para prosseguir com a consulta é por solicitação via e-mail para a seção.

Criado em 1892, o Arquivo Público possui em seu acervo um conjunto de mais de 25 milhões de documentos textuais além de itens cartográficos, iconográficos, bibliográficos e provenientes da imprensa, segundo a própria instituição. É a instituição por excelência responsável pela guarda e planejamento de políticas para arquivos para o Estado de São Paulo. Seu sítio eletrônico³ apresenta uma seção de Acervo Online onde constam informações e campos de busca para determinadas coleções do acervo que foram digitalizadas e disponibilizadas para o público sem cadastro prévio. Utilizando algumas palavras chaves como “Centro Paula Souza”, “Governador Abreu Sodré”, “faculdade de tecnologia”, “FATEC São Paulo”, buscamos indícios prévios de documentação pertinente, mas não foram encontrados resultados.

Como solução à pesquisa presencial, o mesmo informa que por conta do avanço das condições sanitárias na cidade de São Paulo a partir de julho de 2021, é possível retornar as consultas presenciais no acervo, mediante cadastro e agendamento prévio do pesquisador, abrindo a possibilidade de pesquisar com maior exatidão.

5. Considerações finais

Objetivamos com este artigo demonstrar os percalços para o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa em educação profissional, tendo como foco o surgimento do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, criado em 1969 no estado de São Paulo.

Uma pesquisa com essa abordagem necessita recorrer a métodos próprios da historiografia, tornando candente questões vitais para a definição de ferramentas metodológicas como a definição do tipo de fonte, sua natureza, o acesso e suas correlações possíveis. A revisão da literatura colabora na teorização e aprofundamento de conceitos e perspectivas para pesquisa; desta forma, procuramos demonstrar como a conceitualização das fontes define também o caminho para a busca e as dificuldades advindas quando pensamos em fontes primárias produzidas por instituições públicas, normalmente caracterizadas pela falta de estruturas físicas e organizativas próprias para sua pesquisa.

Uma pesquisa em história da educação profissional não pretende revelar determinado passado totalizante ou servir apenas de homenagem, mas sim buscar na história elementos para compreender a importância e o papel desempenhado pela educação como uma instância formadora e articuladora da sociedade em seu tempo. São indícios para entender como as políticas públicas se organizam no

³ Consulta realizada em 01 de fev. de 2021.

âmbito das transformações produtivas, respondendo a diferenciadas demandas sociais.

Referências

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Conheça Nosso Acervo. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/conheca>. Acesso em 22 de set. de 2021.

CARVALHO, M. L. M. de. Cinquentenário do Centro Paula Souza: Documento Histórico no Centro de Memória da Educação Profissional e Tecnológica. **RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, [S. l.], v. 5, p. 1–10, 31 dez. 2019.

CEETEPS - CENTRO PAULA SOUZA. Núcleo de Documentação. Disponível em: <https://cgd.cps.sp.gov.br/nucleo-de-documentacao-nd-cgd/>. Acesso em: 22 de set. de 2021.

CEETEPS - CENTRO PAULA SOUZA. Sobre o Centro Paula Souza. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/sobre-o-centro-paula-souza>. Acesso em: 22 de set. de 2021.

CIAVATTA, M. (Org.). COMO SE ESCREVE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - Caminhos para a historiografia. **A historiografia em trabalho-educação: como se escreve a história da educação profissional**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-a-historiografia-em-trabalho>. Acesso em: 7 set. 2021.

DE SOUZA, R. F.; DINIZ, C. A. FONTES PARA A HISTÓRIA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação**, [S. l.], 2017. . Acesso em: 15 set. 2021.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MORAES, C.; CARVALHO, M. L. M. de. **A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA EDUCACIONAL NO BRASIL: A CONTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. Chile: [s. n.], 2018. Disponível em: <http://www.memorias.cpscetec.com.br/publicacoes/artigos/CarmenSVMoraesMLuciaMCarvalhoCIHELA2018.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

PETEROSSO, H.; MENINO, S. E. Relendo a história da formação de professores. **A Formação do Formador**. São Paulo: CEETEPS, 2017.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. trad. Daisy V. Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAVIANI, D. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Revista HISTEDBR On-line**, [S. l.], , p. 28–35, 2006.

VICENTE, Z. C. M. Cursos Superiores de Tecnologia no Brasil: origem e atualidade. **Revista Fim do Mundo**, [S. l.], n. 01, p. 72–85, 14 maio 2020.

SÃO PAULO. Decreto 64.355, de 31 de julho de 2019. Institui o Programa SP Sem Papel. Disponível em <https://www.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/1/2020/11/Decreto-no-64.355-de-31-de-julho-de-2019-Assembleia-Legislativa-do-Estado-de-Sao-Paulo.pdf>. Acesso em 25 de set. de 2021.